

CENTRO UNIVERSITÁRIO SALESIANO

JISELY MEIRA DE QUEIROZ

**O MOVIMENTO NEGRO CAPIXABA: UM OLHAR SOBRE SUAS ESTRUTURAS
INSTITUCIONAIS**

VITÓRIA
2022

JISELY MEIRA DE QUEIROZ

**O MOVIMENTO NEGRO CAPIXABA: UM OLHAR SOBRE SUAS ESTRUTURAS
INSTITUCIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Salesiano, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientador: Prof. Vicente de Paulo Colodeti

VITÓRIA
2022

JISELY MEIRA DE QUEIROZ

**O MOVIMENTO NEGRO CAPIXABA: UM OLHAR SOBRE SUAS ESTRUTURAS
INSTITUCIONAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro Universitário Salesiano, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____ de _____, por:

Prof. Vicente de Paulo Colodeti – Orientador

Prof.^a Virginia Pertence Couto

Prof.^a Jaqueline da Silva

Dedico o meu trabalho a Selina e Edith.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os professores do curso de Serviço Social que através de seus ensinamentos tornaram minha formação acadêmica possível.

A Virgínia Pertence Couto, que não foi apenas uma professora, mas uma amiga que me acolheu em todos os momentos. Seu carinho, apoio e puxões de orelha me ajudaram a crescer e concluir essa etapa da vida.

Agradeço ao meu orientador, Vicente de Paulo Colodeti, por me manter motivada durante esse processo.

Aos meus pais, sou grata pelo apoio durante essa trajetória, por estarem sempre ao meu lado torcendo pelo meu sucesso.

Agradeço a minha amiga Samara por estar comigo, me fortalecendo durante toda essa trajetória e contribuindo para meu crescimento pessoal e acadêmico.

Abolição foi só um durex na vidraça com bilhete sem graça dizendo que a vida
continua.

Cesar MC.

RESUMO

O povo preto chegou ao Brasil no século XVI em condição de escravizado e durante três séculos resistiu e lutou pela sua liberdade. Nos dias atuais segue na batalha pelo seu lugar na sociedade. Contudo, a trajetória não foi tão simples, trezentos anos não passaram como um piscar de olhos, ou um estalar de dedos, pois o desenvolvimento, para que os negros tivessem hoje os direitos mínimos como ser humano, foi árduo. O objetivo é apresentar a história do negro no Brasil, trazendo o processo de construção da cidadania no país e a relação e importância dos movimentos negros para a conquista de direitos sociais para a população preta, que ainda hoje sofre com o racismo, a violência e violação de direitos. A pesquisa foi desenvolvida mediante as informações qualitativas, coletadas através de entrevistas realizadas com as lideranças e integrantes de movimentos negros atuantes na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo. Com os resultados obtidos foi possível observar a pluralidade dos movimentos no que se refere a bandeiras de luta e enfrentamento ao racismo, destacando a importância dessas atuações na região para o desenvolvimento da população.

Palavras-chave: Movimento negro. Escravidão. Cidadania.

ABSTRACT

The black people arrived in Brazil in the 16th century as slaves and for three centuries resisted and fought for their freedom. Today, he continues to fight for his place in society. However, the trajectory was not so simple, three hundred years did not pass like a blink of an eye, or a snap of a finger, because the development, so that blacks today had the minimum rights as a human being, was arduous. The objective is to present the history of blacks in Brazil, bringing the process of building citizenship in the country and the relationship and importance of black movements for the achievement of social rights for the black population, which still suffers from racism, violence and violation of rights. The research was developed using qualitative information, collected through interviews with leaders and members of black movements active in the city of Vitória, capital of Espírito Santo. With the results obtained, it was possible to observe the plurality of movements with regard to flags of struggle and confrontation of racism, highlighting the importance of these actions in the region for the development of the population.

Keywords: Black movement. Slavery. Citizenship.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 –Conquistas do movimento negro e acontecimentos históricos do séc. XIX.	37
Tabela 02 –Conquistas do movimento negro e acontecimentos históricos do séc. XX.	38
Tabela 03 –Conquistas do movimento negro e acontecimentos históricos do séc. XXI.	39

LISTA DE SIGLAS

CAP – Caixas de Aposentadoria e Pensão

FEJUNES – Fórum Estadual de Juventude Negra

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IAP – Institutos de Aposentadoria e Pensões

LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgênero

MNE – Movimento Negro Evangélico

MNU – Movimento Negro Unificado

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto

MSTS – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 OBJETIVOS	20
1.1.1 Objetivo geral	20
1.1.2 Objetivos específicos	20
1.2 JUSTIFICATIVA	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1 PROCESSOS DE CIDADANIA DO BRASIL	23
2.2 TRAJETÓRIAS DO NEGRO NO BRASIL E O MOVIMENTO NEGRO.....	28
2.2.1 A história do negro no Brasil	28
2.2.2 O movimento negro	32
2.3 AS DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS.....	38
3 METODOLOGIA	45
3.1 TIPOS DE PESQUISA	45
3.2 LOCAIS DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA	46
3.3 SUJEITOS DA PESQUISA.....	46
3.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	46
3.5 TRATAMENTOS DOS DADOS	46
3.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	47
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA	49
4.1 ENTREVISTAS COM INTEGRANTES DOS MOVIMENTOS NEGROS	49
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	55
REFERÊNCIAS	59
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA	63

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como temática o movimento negro, estudo realizado com a finalidade de compreender a importância do movimento negro desde os primórdios até a atualidade, identificá-los no estado do Espírito Santo e apresentar suas ramificações, ou seja, suas principais bandeiras de luta. Com isso o problema desta é: quais são os movimentos negros do município de Vitória – Espírito Santo? O interesse pelo tema surge através da participação no movimento negro FEJUNES - Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo, um dos movimentos referência no Espírito Santo.

Segundo Gennari (2011), entre os séculos XVI e XIX mais de quatro milhões de negros foram sequestrados de suas terras e trazidos para o Brasil, sendo escravizados por mais de III séculos. Depois de muita luta e mostrando suas primeiras formas de resistência o povo preto conquistou sua liberdade no dia 13 de maio de 1888, mas foram jogados as ruas, sem nenhum auxílio que os permitissem de fato serem livres.

Mesmo após a abolição da escravidão o negro não foi reconhecido como ser humano, como ser de direitos, sendo tratado como animal, como um ser não digno de moradia adequada, empregos decentes e uma vida extensa e de qualidade.

Mais de 130 anos se passaram e os corpos pretos protagonizam um contexto de negligências, onde pouco se intervém para que a cor não seja definição de classe, grau de escolaridade ou condição social. Esses corpos ainda permanecem sendo violados, desrespeitados e discriminados. Onde mesmo fazendo parte da maioria da população, estes corpos seguem como minoria em cargos profissionais importantes, dentro das universidades, em locais de destaque, porém sempre representam maioria em números de violência, encarceramento e óbito.

Dito isso, este trabalho abordará a história do negro desde a sua chegada no Brasil, trazendo sua longa trajetória como escravizado, apontando as primeiras formas de resistências e primeiros movimentos a serem organizados em defesa da liberdade e o fim da escravatura, levantando temas como racismo e a desigualdade social, destacando as conquistas do movimento negro e abordando como isso ainda refletem na atualidade.

Trazendo a história do movimento negro que surge no Brasil ainda no período escravocrata de forma clandestina em busca da liberdade dos povos pretos e retornando, após anos de repressão, na década de 1970, onde os movimentos negros crescem no país juntamente com outros movimentos sociais na luta contra a ditadura militar, lutando por direitos iguais e uma sociedade mais justa.

OBJETIVOS

Objetivo geral

- Identificar os movimentos negros da cidade de Vitória.

Objetivos Específicos

- Descrever a história da população preta no Brasil.
- Analisar os movimentos negros existentes no município de Vitória.
- Identificar a principal bandeira de luta dos movimentos negros no município de Vitória.

JUSTIFICATIVA

É possível perceber que grande parte dos retrocessos vividos pela população negra no Brasil, são frutos de mais de três séculos de escravidão que interromperam a história do preto.

Segundo dados do IBGE 56% dos brasileiros são negros e mesmo representando a maior parte da população ainda sofrem com a desigualdade social e racial no país. 77% das vítimas de homicídio são pessoas negras, 66% da população carcerária são negra, 72,9% encontram-se desempregados, 70% estão abaixo da linha da pobreza e 71,7% da evasão escolar são de jovens pretos (BRASIL, 2019).

Diante das diversas violências e direitos violados como enfrentamento a estas problemáticas a juventude negra vem se mobilizando e criando movimentos que os

unem em busca de uma transformação social, tendo como um dos pioneiros na busca pelo direito do povo preto no país e pela busca da equidade social o Movimento Negro Unificado, conhecido como MNU, fundado em 18 de junho de 1978 e reconhecida nacionalmente.

No Espírito Santo, assim como em grande parte do país, a população que mais sofre com a violência em grande escala, desemprego, tem o menor salário e representa o maior número de evasão escolar e da população carcerária no estado segundo o IBGE são pretos e pardos (BRASIL, 2018). É necessária a criação de políticas públicas eficientes e equidade social para que esse cenário mude.

Os movimentos negros do estado do Espírito Santo vêm se mobilizando na luta por direitos, contra o racismo e a violência contra os corpos pretos, tendo como referência no estado na luta contra as desigualdades movimentos como: Movimento Negro Unificado do Espírito Santo; o Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo; o Circulo Palmarino do Espírito Santo, entre outros movimentos.

Embora não se possam negar os avanços legislativos, é preciso que existam ações, projetos e propostas que de fato supram todas as deficiências encontradas pela população negra seja ao tentar ingressar em um ensino superior, seja ao buscar espaço no mercado de trabalho, ou seja, ao poder viver socialmente livre.

Movimentos como esses são importantes para participação do negro na política, no fortalecimento da população preta na luta contra as diversas formas de violência, discriminação e injustiças. Trabalhando com a conscientização racial para que a luta contra o racismo seja cada dia mais presente na sociedade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Será apresentado a seguir a pesquisa onde abordará o processo de afirmação da cidadania no Brasil, a trajetória do negro no País e a desigualdade étnico-racial e suas consequências.

2.2 O PROCESSO DE AFIRMAÇÃO DA CIDADANIA NO BRASIL

Será apresentado neste capítulo o processo de afirmação da cidadania no Brasil, passando pelas fases em que foram estabelecidos e priorizados.

A cidadania, de acordo com Carvalho (2001), é diretamente ligada à tríade de direitos, sendo eles os civis, políticos e sociais, dessa forma para que o indivíduo seja considerado um cidadão completo é vital que ele seja detentor de todos esses três direitos. O sujeito exerce sua cidadania quando participa da sociedade. O processo de afirmação da cidadania no Brasil foi bem lento, onde veremos que um dos primeiros direitos a serem garantidos e priorizados por um longo tempo foram os direitos políticos, antes mesmo dos direitos civis e mais tardiamente os direitos sociais.

O processo de independência do Brasil foi um dos primeiros passos da política no país. Carvalho (2001) aponta que tal feito foi realizado através de uma negociação pacífica entre a elite nacional, coroa portuguesa e a Inglaterra, onde graças a essa intermediação, Portugal aceitou a independência do Brasil mediante a um pagamento de 2 milhões de libras esterlinas¹. Ainda nesse processo, segundo o autor, a escolha de um governo monárquico ao invés de republicano foi para que o poder continuasse nas mãos de um rei, pois só assim seria possível manter a ordem social e a união das províncias.

Dessa forma pode-se dizer que o processo de independência do Brasil não foi realizado através de uma revolta popular, levando a entender que não se teve participação nenhuma da população, porém Carvalho (2001) enfatiza que o povo teve um papel importante no período em que o primeiro imperador precisou renunciar. Dito isso, o autor aponta que com esse processo pacífico a ordem social

¹ Moeda oficial do Reino Unido.

continuou a mesma, facilitando a implantação de um governo monárquico com características da monarquia europeia.

Foi criada então uma Constituição que previa os direitos políticos definindo de forma jurídica quem seria considerado cidadão, além de reconhecer quatro poderes políticos, sendo o Executivo, Legislativo, Judiciário e Moderador. Carvalho (2001) enfatiza que o poder Moderador era restrito apenas ao imperador, fazendo com que o sistema de governo escolhido não fosse totalmente parlamentar, sendo chamado de monarquia presidencial. Para além dessa divisão, a Constituição 1824 regulava as atribuições do direito de votar e ser votado, onde apenas homens brancos, maiores de 25 anos que detinham uma renda de no mínimo 100 mil reis por ano.

Apesar dos avanços no que se refere aos direitos políticos, a escravidão não foi vista como um dos itens a ser citados na Constituição 1824, dando a entender que o sistema de governo escolhido não iria aderir à abolição da escravidão. Diante disso, Carvalho (2001) aponta que isso feria o que se configuraria como direitos civis.

No que se refere aos direitos civis, Marshall (1967) enfatiza que os mesmos estão ligados ao *status* de liberdade, que pertenciam aos adultos, para melhor dizer, pertenciam aos homens, pois nesse período mulheres e escravizados não podiam usufruir de tal status. Com isso, Carvalho aponta que os direitos civis são:

Direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e na correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. (CARVALHO, 2001, p. 9).

Seguindo o conceito de direitos civis apontados por Carvalho (2001), se faz necessário entender que o Brasil em seu processo de independência acabou por herdar um governo de características escravocratas, que negava a condição humana do escravizado, mostrando-se um governo falho, comprometido apenas em garantir seus poderes políticos. Por conta desses entraves, o exercício da cidadania no Brasil se tornou um processo lento, prejudicando os avanços no que se refere aos direitos políticos e sociais.

Dito isso, os direitos sociais foram os últimos a se desenvolverem dentro do Brasil, por conta do modelo de governo escolhido e todos os seus entraves. Hullen (2018) aponta que os direitos sociais só existiam para quem fazia parte do reino, ou seja, os outros cidadãos não receberiam assistência da mesma forma. Esse tipo de benefício

era fornecido através de associações privadas, que forneciam aos seus membros tratamento de saúde, auxílio funerário, dentre outros benefícios.

Importante frisar que esse direito só começou a ser visto com mais evidência quando o Brasil se declarou república, pois foi o período em que a população começou a ter maior participação dentro do governo. Carvalho (2001) aponta que o ano de 1930 foi o divisor de águas para o país, pois foi a partir daí que começaram as mudanças sociais e políticas. De acordo com autor, a Constituição Republicana não reconhecia os direitos sociais, pois não aceitava que o Estado deveria prover a assistência e educação primária. Com a criação da Constituição de 1934 esses direitos foram reconhecidos, além de possibilitar novas conquistas para a classe trabalhadora, como o direito as férias e a jornada de oito horas de trabalho por dia. No que se refere a área da previdência, também se teve grandes avanços, foi criado o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Marítimos que elevou a ampliação e transformação das Caixas de Aposentadoria e Pensão (CAP).

Carvalho (2001) destaca também a criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAP) que eram sustentados pelos recursos dos patrões, governo e trabalhadores, porém era um sistema excludente, ou seja, algumas categorias de trabalhadores como autônomos, domésticas e trabalhadores rurais, que por não serem sindicalizados, não poderiam usufruir da política de previdência.

Importante destacar que a Constituição de 1934 durou apenas três anos, sendo substituída pela Constituição de 1937 que expressava um governo autoritarista com grande interesse nos direitos políticos. Hullen (2018) enfatiza que essa constituição além de fortalecer os direitos políticos, elevava o poder do Chefe Executivo, ou seja, Getúlio Vargas detinha todo o poder.

Durante o governo Vargas, os direitos sociais tiveram uma grande visibilidade, se teve uma grande concentração nos direitos trabalhistas, Carvalho (2001) ressalta a Consolidação das Leis do Trabalho que é vigente até os dias atuais. Invertendo a ordem dos direitos, o Presidente colocou em primeiro lugar os direitos sociais e em segundo os direitos políticos.

Esse feito promoveu diversos avanços na cidadania do país, criando a legislação trabalhista e previdenciária, porém ao inverter os direitos acabou fazendo com que a população ficasse dependente de seus líderes políticos.

A antecipação dos direitos fazia com que os direitos não fossem vistos com tais, como independentes da ação do governo, mas como um favor em troca do qual se deviam gratidão e lealdade. A cidadania que daí resultava era passiva e receptora antes que ativa e reivindicadora (CARVALHO, 2001. p.126).

Nesse contexto fica expresso que os direitos sociais e a cidadania não foram forjados através de movimentos sociais. Hullen (2018) aponta que tal feito aconteceu devido a uma “generosidade” do Estado e do poder Executivo.

O Estado Novo foi derrubado e Getúlio Vargas deposto de seu cargo como Presidente da República no ano de 1945, no entanto Hullen (2018) destaca que o pós-45 não rompeu por completo com as estruturas consolidadas por Vargas. Aponta também que se tiveram grandes inovações como a Constituição de 1946 que continuou dando ênfase nos direitos sociais.

Carvalho (2001) expressa que no período que se estende de 1946 a 1947 se teve várias tentativas de golpes militares, porém as eleições ainda continuaram de forma regular, se manteve a liberdade de imprensa e de organização política. Seguiu com formações de partidos, o voto foi estendido os cidadãos, homens e mulheres maiores de 18 anos de idade e a ampliação da participação política através dos partidos políticos.

Outro aspecto levantado por Carvalho (2001) se refere os principais enfrentamentos políticos que o país estava vivendo, guerra fria, petróleo, política sindical e trabalhista. Tais enfrentamentos levaram a uma série de revoltas que dividiam os partidos políticos em dois pólos, aqueles que defendiam o monopólio estatal do petróleo e de outros recursos como a energia elétrica, para que se mantivesse uma política trabalhista. O outro pólo defendia a abertura de um mercado externo voltado para os recursos naturais fazendo com que relação entre o governo e sindicato acabasse.

Com a aprovação da lei que dava a Petrobrás todo o monopólio do petróleo e a proposta de aumento do salário-mínimo feita por João Goulart, que era ministro do Trabalho em 1953, geraram uma insatisfação para empresários e militares que começaram a articular para derrubar o presidente. Com o pedido de renúncia, Vargas preferiu cometer suicídio.

Dito isso, quem assume a presidência é Juscelino Kubitschek, seu governo foi marcado por inúmeras tentativas de revoltas militares, mas ainda assim conseguiu

realizar seu mandato até o final e passou a faixa para seu sucessor Jânio Quadros. Araújo, Silva e Santos (2013) apontam que Jânio Quadros renunciou ao cargo no mesmo ano em que assumiu, modificando a conjuntura brasileira.

Teve-se resistência da parte dos militares para eleger um sucessor, vetaram a posse de João Goulart, que deveria assumir o cargo, pois foi eleito junto com Jânio Quadros. Araújo, Silva e Santos (2013) apontam que a mudança de um regime presidencialista para um regime parlamentarista foi à solução para acabar com o veto dos militares.

A posse de Jango, marcada pela vitória da Campanha da Legalidade, conferiu ânimo aos grupos nacionalistas e de esquerda que colocaram, na ordem do dia, a pauta das reformas estruturais. Entre as principais reformas estavam as reformas fiscal, administrativa, universitária e, principalmente, a reforma agrária. Do programa de reformas faziam parte também políticas nacionalistas, como o controle sobre o capital estrangeiro e o monopólio de setores estratégicos da economia (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, 2013. p. 12).

A mobilização política se fazia por conta das reformas de estruturas agrárias, e isso gerou uma grande revolta. Carvalho (2001) comenta que o estopim para a queda do governo de João Goulart foi o discurso referente a desapropriação das terras. Em 1964 se inicia o regime militar.

Durante esse período se teve o retrocesso dos direitos civis e políticos, a Ditadura Militar, segundo Araújo, Silva e Santos (2013), havia silenciado o movimento sindical, partidos intelectuais, artistas, censura nos meios de comunicações, dentre outras formas de repressão.

No que se refere aos direitos sociais, o regime militar, segundo Carvalho (2001) investiu em expansão. Criou o Instituto Nacional de Previdência Social, se teve a universalização da previdência, a distribuição do benefício Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Dessa forma o processo de cidadania pela ótica do regime militar deve ser visto pela ótica da “manutenção do direito do voto combinada com o esvaziamento de seu sentido e a expansão dos direitos sociais em momento de restrição de direitos políticos e civis.” (CARVALHO, 2001, p. 173).

Com toda essa trajetória, a cidadania no Brasil só foi ser efetivada de fato com o fim do regime militar e a criação da Constituição Federal de 1988, chamada de Constituição cidadã. Através dela se teve o progresso no que se tange a discussão e

mobilização política. Araújo, Silva e Santos (2013) aponta que o processo de redemocratização do país se tornou vívido, destacando a garantia de direitos de cidadania, a responsabilidade do Estado em prever e garantir esses direitos e a afirmação da democracia.

A partir do processo de afirmação da cidadania no Brasil, será apresentado no próximo capítulo a Trajetória Do Negro no Brasil e o Movimento Negro.

A TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL E O MOVIMENTO NEGRO

Será trabalhado neste capítulo elementos da história do negro no Brasil desde os primeiros registros de sua chegada ao país como povo escravizado, arrancado de sua terra natal, torturado e tratado como mercadoria até os dias atuais na luta contra o preconceito, as violações de direitos, o racismo enraizado desde a escravidão e a batalha pela equidade social.

A história do negro no Brasil

De acordo com Gennari (2011), a principal força de trabalho para a produção econômica do Brasil-Colônia baseava-se na escravização de indígenas, os quais eram responsáveis pelo cultivo de algodão, açúcar e cereais. Essa exploração surge no início do século XVI, anterior a importação de negros escravizados para o Brasil, esta se inicia na metade do mesmo século. Ribeiro (1995) aponta que por volta do século XVII a mão de obra escrava do negro passa a se destacar da mão de obra escrava indígena, substituindo-os na produção mercantil de exportação.

A estimativa, segundo Gennari (2011), é de que aproximadamente 11 milhões de negros, entre eles crianças, homens e mulheres foram sequestrados, arrancados de suas terras, marcados a fogo como gado com símbolo da cruz no peito e traficados para continente americano entre o século XVI e XIX. Ribeiro (1995) destaca a dificuldade de se ter um número preciso dos escravizados que foram importados para o país, pois eram feitas muitas manobras pelos traficantes de escravos que escondiam parte dos negros que traziam para fugir de impostos. Sendo assim, não se tem documentos que comprovem de fato, mas estima-se que durante os anos de 1540 a 1860 mais de seis milhões escravos desembarcaram no Brasil.

Gennari (2011) aponta que os negros escravizados eram vendidos ou trocados por mercadorias, como cachaça e tabaco, eram expostos sem nenhuma vestimenta para serem inspecionados por possíveis compradores e para que não demonstrassem sinais de depressão eram estimulados com pimenta ou obrigados a dançarem, demonstrando alegria para seus possíveis futuros donos.

Gennari (2011) comenta que ao serem comprados, os cativos em sua maioria eram levados para as senzalas de seus donos, para trabalhar nos canaviais, e marcados com fogo com as iniciais do nome dos mesmos, para que em caso de fuga, sejam reconhecidos e devolvidos e batizados com novos nomes. Eram submetidos a uma jornada de trabalho de 15 horas, todos os dias, sendo permitidos cinco dias de folga no ano em datas comemorativas, como Natal e Páscoa. A outra parte dos negros no século XVII é posta para trabalhar nas cidades, conhecidos como negros de ganho. Segundo Gennari (2011, p. 23):

Trata-se de homens e mulheres escravos que prestam serviços ou executam ofício nos centros urbanos. Nesse grupo encontramos barqueiros, carregadores, mascates, oleiros, marinheiros, carpinteiros, ferreiros, serradores, sapateiros etc. que diária ou semanalmente, entregam ao seu dono uma quantia combinada ficando com o pouco que sobra para sua própria manutenção. [...] as escravas, além de servirem de amas de leite, parceiras sexuais de seus senhores e dar conta dos trabalhos domésticos, situação corriqueira em todas as plantações, nas cidades são forçadas a se prostituir em tempo parcial ou integral.

Para o controle do grande número de cativos e garantir que não se rebelem contra seus senhores, Gennari (2011) destaca que foram adotados métodos de tortura e castigos abertos ao público como forma de alerta e exemplo para que não se repetisse. Os castigos eram determinados de acordo com o erro cometido, como por exemplo:

[...] quando incorre em faltas leves, o cativo era colocado no tronco (dois grandes pedaços de madeira retangular que imobilizavam pés, mãos e pescoço) [...] em caso de fuga, após a aplicação de até 100 açoites nos pelourinhos das cidades [...] o corpo do suplicado, já em carne viva, é banhado com vinagre, água salgada ou pimenta e jogado numa cela. Se conseguir sobreviver, vai passar o resto da vida no limbo (uma argola de ferro ao redor do pescoço com uma haste à qual é fixada um chocalho ou uma placa com dizeres aviltantes) ou preso a um sistema de Correntes que dificultam seus movimentos. [...] Outro castigo muito comum consiste na aplicação de uma máscara de folha de flandres sobre o rosto do escravo. A este devemos acrescentar a castração, a destruição dos dentes a marteladas, a amputação dos seios, o vazamento dos olhos, as marcas no rosto com ferro em brasa, as queimaduras provocadas pelas fagulhas das caldeiras quando o cativo é acorrentado com o corpo nu bem próximo de suas chamas (GENNARI, 2011, p. 25-26).

Como aponta Gennari (2011), estes e outros métodos de tortura foram presentes em todo período escravista, dificultando ainda mais qualquer iniciativa de resistência, que já eram complicadas devido ao choque cultural de pessoas de diferentes costumes, línguas e tradições, mas ainda assim muitos resistiram.

Nessas circunstâncias, muitos negros escravizados entravam em depressão, devido às condições que viviam e a saudade de seu lar. Recusavam-se a alimentar ou trabalhar e em casos extremos, porém recorrente, cometiam suicídio como forma de se libertar do sofrimento e “[...]estimulados pela crença de que seus espíritos voltariam para a África [...]” (GENNARI, 2011, p. 30).

Houve muitas fugas e tentativas de se livrar das situações que os cativos eram impostos, mesmo correndo risco e sabendo das consequências que poderiam sofrer. A capoeira, como é conhecida atualmente, era uma dança normalmente usada em rituais, onde, destaca Gennari (2011), foram adaptadas e aprimoradas, passando a serem utilizadas como “arma”, como uma forma de se defender e lutar contra os capitães do mato, responsáveis por capturar com vida aqueles que conseguiam fugir, para que pudessem ser castigados.

A partir de fugas bem-sucedidas surgem os quilombos, esconderijo onde cativos que se rebelaram se agrupavam.

Quilombos, **palenques**, **marrons** são diferentes denominações para o mesmo fenômeno nas diversas sociedades escravistas nas Américas: os grupos organizados de negros fugidos. No Brasil, esses agrupamentos também eram chamados de mocambos. Fugir do senhor e se juntar a outros rebeldes foi uma estratégia de luta desde que os primeiros tumbeiros aportaram na costa brasileira até as vésperas da abolição (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006, p. 118, grifo do autor).

Segundo Albuquerque e Filho (2006), o quilombo mais conhecido no Brasil foi o quilombo de Palmares, o maior quilombo do País e que mais resistiu à escravatura, tendo como seu primeiro líder Ganga Zumba, e seu último e mais conhecido líder, Zumbi, que se tornou símbolo de liderança, lutando pela liberdade e o fim da escravidão.

A transição do Brasil-colônia para o Brasil império foi marcada pela independência do Brasil. carvalho (ano) expressa que durante esse processo a luta pela liberdade e igualdade não se estendia ao fim escravidão, essa foi completamente ignorada.

Segundo Gennari (2011, houve cinco fatores essenciais que levaram ao fim da escravidão do Brasil, sendo pontuados:

1. Nos interesses econômicos das principais potenciais capitalistas da época, com ênfase especial para a Inglaterra; 2. Nas novas possibilidades de investimento, perante as quais as quantias empastadas na compra e manutenção dos escravos começam a ganhar as cores do desperdício; 3. Na política migratória dos países europeus interessados em se livrar dos grandes excedentes de desempregados, cujo descontentamento eleva as tensões sociais; 4. Na campanha abolicionista que passa a contar com apoio de setores da elite, da intelectualidade, das classes médias, dos trabalhadores estrangeiros e de parte das forças antes destinadas à repressão das rebeliões escravas; 5. No vertiginoso aumento das fugas dos escravos que dão o tiro de misericórdia no combalido sistema escravista (GENNARI, 2011, p. 114).

Após pressão da Inglaterra, o Brasil em 1831 promulga a Lei de 7 de novembro de 1831 que proíbe o tráfico de negreiro e declara livres aqueles que desembarcarem no país após a promulgação da mesma. Porém, segundo Gorender (2016), o tráfico continuou presente no território brasileiro por muitos anos, com participação das autoridades que eram coniventes, escoltando navios que desembarcavam nos portos. Gorender (2016) traz que entre 1846 e 1848 desembarcaram 220 mil cativos no País.

Gennari (2011) aponta que o tráfico negreiro só é encerrado de fato em 1850 a partir da promulgação da Lei nº 581, de 4 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz que criminaliza o tráfico e proíbe a entrada de negros escravos no Brasil.

Com o fim do tráfico negreiro, Gennari (2011) destaca que começaram a surgir dificuldades e problemas para os donos das terras. O número de fugas e de quilombos se expande, e com isso a mão de obra escrava nas fazendas reduz, gerando prejuízo para os mesmos.

Gennari (2011) traz que as revoltas em prol da liberdade aumentam e com a pressão dos escravos é promulgada em 1871 a Lei nº 2.040, de 28 de setembro de 1871 (BRASIL, 1871), Lei do Ventre Livre, que considerava livres os filhos de mulheres escravas que nascessem a partir daquela data. Através da Lei, segundo Louzada é criado o Fundo de Emancipação, com intuito de alforriar parte da população de escravos no país.

Gennari (2011) aponta que a partir do Fundo de Emancipação 24.165 negros receberam a carta de alforria, documento que os considerava livres, número que representa apenas 2,1% da população escrava. E em 1885 houve a promulgação da Lei nº 3.270, de 28 de setembro de 1885 (BRASIL, 1885) que garantia a liberdade de escravos com idade igual ou superior a 60 anos.

Amaral (2016) traz que diante da pressão dos abolicionistas em 1888, é assinada pela princesa Isabel a Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888 (BRASIL, 1888), a Lei Áurea, abolindo a escravatura no Brasil. Milhares de negros foram libertos, porém sem nenhum amparo, sem a inclusão social dos mesmos a sociedade, sem moradia e sem acesso à educação.

Menezes (2020) aponta que o fim da escravidão foi um fator importante ligado a transição do Brasil império para o Brasil república, pois fomentou consequentemente a proclamação da república, comandado pelo Marechal Deodoro da Fonseca, que ganhou o apoio de escravocratas que foram prejudicados pela promulgação da Lei Áurea que abolia a escravidão no País, perdendo assim sua mão de obra escrava.

Fernandes (2017) destaca que a mão de obra assalariada depois da abolição não era de negros libertos. Seus antigos senhores os substituíram por imigrantes brancos, possibilitando a eles trabalhadores mais aceitáveis e uma mão de obra de baixo custo. Para obter oportunidades economicamente alguns negros livres retornavam para seus locais de origem. Os que ficavam, tanto homens quanto mulheres, tinham que competir de forma desigual com imigrantes. As mulheres negras tinham mais oportunidade de emprego, pois possuíam experiência por terem trabalhado nas casas-grandes.

O movimento Negro

Fernandes (2017) acredita que o primeiro movimento social foi protagonizado pelo movimento negro, que se impôs democraticamente e luta contra o preconceito e a desigualdade social, visto que os mesmos viviam e ainda vivem a margem da sociedade, excluídos socialmente e economicamente, sempre com os piores salários, empregos e tendo seus corpos violados diariamente pela violência.

O movimento negro surge no Brasil clandestinamente, durante o período escravocrata, um dos principais nomes na luta pelo abolicionismo e “um dos primeiros a denunciar o racismo contra o negro” (AMARAL, 2011, p.55), foi Luís Gama um poeta, ex-escravo que liderou e incentivou a luta pelo fim da escravidão. Mesmo de forma precária obteve conquistas importantes na luta pela abolição, como a Lei do Ventre Livre, a Lei dos sexagenários e a Lei Áurea.

A luta pelos direitos permaneceu presente após a abolição e gerou muitas conquistas para o movimento e fortalecendo ainda mais. Conquistas como a Revolta da Chibata, onde Albuquerque e Filho (2006) trazem que em 1910, João Cândido Felisberto, negro, almirante que no dia 23 de novembro no Rio de Janeiro liderou a revolta, lutando pelo fim dos castigos físicos que eram praticados contra os marinheiros negros.

Segundo Montañó e Duriguetto (2011), surge em 1931 em São Paulo uma associação vista como um dos primeiros movimentos negros pós abolição. Lutava pela inclusão do povo preto na sociedade, por melhores condições e oportunidades de trabalho, inclusão na educação e batalhando contra a discriminação. A Frente Negra Brasileira, de acordo com Oliveira (2006), cresce e ganha espaço em outros estados como Espírito Santo e Bahia.

Mais tarde, destaca Montañó e Duriguetto (2011), a Frente Negra Brasileira veio se tornar um partido político em 1936 que durou apenas um ano, pois com o regime político de Getulio Vargas em 1937, conhecido como a ditadura do Estado Novo, regime político, segundo Pandolfi (2004), focado em acabar com a participação direta da população na política. A Frente Negra Brasileira foi dissolvida juntamente com outros partidos políticos de acordo com o Decreto-lei nº 37 de 1937 (BRASIL, 1937), que dispõe em seu Art. 1º a dissolução de todos os partidos políticos, decreto este que foi revogado em 1945 pelo Decreto-lei nº 7.586 (BRASIL, 1945) diante do fim do regime político de Getúlio Vargas.

Mesmo após a ditadura do Estado Novo, que se findou em 1945, o movimento negro encontrou dificuldades, segundo Oliveira (2006) para se reorganizar pela falta de união da população negra. Montañó e Duriguetto (2011) destacam que só a partir da década de 1970 os negros voltaram a se rearticular e se mobilizar em busca da equidade social e seus direitos. No auge da ditadura militar, que se iniciou em 1964 e persistiu até 1985, um marco da luta do povo preto foi:

Fato que marcou a organização das lutas dos negros no Brasil foi a realização de uma manifestação, em 1978, nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo contra o preconceito racial e contra os atos de

violência, como a morte do operário negro Robson Silveira da Luz, durante sessão de tortura (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 283).

De acordo com Montaño e Duriguetto (2011), esta manifestação foi um marco que reinseriu o movimento negro na luta pela democracia e contra o racismo, pois ganhou apoio de diversas áreas da população, como a Igreja Católica e a Ordem dos Advogados do Brasil, sendo vista como um incentivo enorme na organização e criação de vários outros movimentos em todo País.

Outros movimentos sociais surgem no Brasil na década de 1970, esses movimentos nascem em prol da democracia, na luta contra a opressão e pela defesa dos direitos humanos e civis. Segundo Montaño e Duriguetto (2011, p. 273):

No decorrer da segunda metade da década de 1970 as grandes cidades brasileiras foram palco de inúmeras ações de contestação e de protesto, passeatas, greves, atos públicos, bloqueios de rua, acampamentos em frente a órgãos públicos, abaixo-assinados, levadas a cabo pelas organizações estudantis, populares e operária.

Montaño e Duriguetto (2011) trazem que mesmo em pólos diferentes estas organizações se uniram na luta pela democracia e as diversas formas de liberdade, trazendo diferentes formas de se manifestar contra a ditadura militar, como ocupações e marchas.

Montaño e Duriguetto (2011) destacam que um dos principais movimentos que fizeram parte da luta pelo fim da ditadura foi o movimento estudantil que organizou diversas manifestações, realizando uma das maiores marchas em protesto pelo assassinato do secundarista Edson Luís, durante uma invasão dos militares ao restaurante Calabouço, localizado no Rio de Janeiro. Outros movimentos sociais também fizeram parte da luta contra a ditadura no Brasil, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, conhecido como MST e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o MSTS.

Na atualidade é possível encontrar outros movimentos que ganharam força a partir da ditadura e no decorrer dos anos, como o Movimento Feminista que, segundo Montaño e Duriguetto (2011), se inicia no Brasil no final do século XIX, em defesa pelo direito das mulheres e lutando pela equidade social. Outro movimento muito importante que também ganhou força na década de 1970 é o Movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgênero (LGBT) que durante a ditadura lutou pela remoção da homossexualidade como doença no Conselho Federal de Medicina. Atualmente tem como principais vitórias a criminalização da homofobia e

outros tipos de preconceito, a união estável homoafetiva e o direito ao uso do nome social.

A partir da década de 1970 cresce cada vez mais o movimento negro no Brasil, lutando contra as injustiças em busca de uma sociedade justa e igualitária, tendo como uma das conquistas mais importantes sancionada em 1989 a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989 (BRASIL,1989), onde determina que o racismo passa a ser crime inafiançável. O movimento tem essa e outras conquistas muito importantes que marcaram a história do negro no Brasil, conquistas essas exposta no quadro abaixo:

Tabela 1– Conquistas do movimento negro e acontecimentos históricos do séc. XIX.

ANO	ACONTECIMENTOS
1850	Promulgada a lei nº 581 de 4 de setembro, conhecida como a Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravizados para o Brasil.
1871	Promulgada a lei nº 2.040 de 28 de setembro, conhecida como a Lei do Ventre Livre que tornava livre os filhos de mulheres escravizadas que nascessem a partir daquela data.
1885	Promulgada a lei nº 3.270 de 28 de setembro, conhecida como a Lei dos Sexagenários, que concedia liberdade aos escravizados com mais de 60 anos de idade.
1888	Lei Áurea que põe fim a escravidão no Brasil.

Fonte: Elaboração própria

Os acontecimentos que vão de 1850 até 1888, são caracterizados como o primeiro período do movimento negro. Isso significa que o povo negro sempre esteve em movimento, marcando sua liberdade através da abolição, deixando de ser propriedade do senhor e passando a ser responsabilidade do Estado.

Seguindo os acontecimentos em ordem cronológica, nos permite entender como o processo de conquistas da população negra foi complexo.

Tabela 2 – Conquistas do movimento negro e acontecimentos históricos do séc. XX.

ANO	ACONTECIMENTOS
1931	Fundação da Frente Negra Brasileira um dos primeiros movimentos negros do Brasil.
1977-78	Surge o Movimento Negro Unificado (MNU), movimento negro que institui o Dia Nacional da Consciência Negra no dia 20 de novembro, em memória a morte de Zumbi dos Palmares.
1988	Criação da Fundação Palmares, instituição que promove a valorização da cultura negra no Brasil.
1989	Promulgada a lei nº 7.716 de 5 de janeiro que estabelece o racismo como crime no Brasil, sem direito a fiança.
1992	Reconhecimento da primeira comunidade quilombola no Brasil.

Fonte: Elaboração própria.

No período de 1931 se tem de fato a efetivação do primeiro movimento negro, com a fundação da Frente Negra Brasileira, possibilitando a criação de outros diversos movimentos. É notório que durante a construção da política do Brasil o Estado promoveu a desigualdade social e ainda mais a desigualdade racial, usando do termo “raça” pra propagar as relações sociais. Aqui se faz importante o acontecimento no ano de 1989, com a lei do racismo como crime no Brasil.

Tabela 3 – Conquistas do movimento negro e acontecimentos históricos do séc. XXI.

ANO	ACONTECIMENTOS
2012	Promulgada a lei n° 12.711 a lei de cotas, que prevê 50% das vagas em universidades a estudantes de escolas públicas, os autodeclarados pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência.
2014	Promulgada a lei n° 12.990 que reserva 20% das vagas em concursos públicos para pessoas negras.
2015	Marcha Internacional Contra o Genocídio do Povo Negro

Fonte: Elaboração própria.

Com o avanço da política e dos movimentos dentro do país, esse período se configura como um espaço de mais enfrentamento das questões raciais. Se tem a inclusão das mulheres nas frentes dos movimentos. Se tem também as políticas de ações afirmativas, como as cotas, que permitiu a inclusão de diversos negros que não tinham acesso à educação.

Essas e outras conquistas moldaram e fortaleceram o movimento negro brasileiro, que vem incansavelmente na luta diária contra o racismo.

Define-se racismo como “Preconceito e discriminação direcionados a alguém tendo em conta sua origem étnico-racial, geralmente se refere à ideologia de que existe uma raça melhor que outra” (RACISMO, 2021), racismo esse que é escancarado pela desigualdade social. Dados apontam que a expectativa de vida entre negros é de 67 anos e enquanto em média a dos brancos é de 73 anos, 72,9% representam o número de desempregados e 70% encontram-se abaixo da linha da pobreza e mesmo após 130 anos de abolição da escravatura e representando a maior parte da população brasileira os negros ainda são visto como inferiores por grande parte da população branca, tendo como exemplo a média salarial, onde, segundo o IBGE, os brancos recebem 75% a mais em relação aos negros.

O tom de pele é um importante ponto da discriminação no Brasil, quanto mais escura a cor da pele, mais excluída e vista com maus olhos pela sociedade a pessoa é, negros de tom de pele mais clara são mais bem vistos pela população. Um termo adotado recentemente é utilizado para diferenciar o tom da pele de pessoas negras retintas a não retintas, que segundo Francisco (2018) é conhecido como colorismo, surgiu na década de 1980, onde foi usada pela escritora Alice Walker. Importante destacar que o negro não é somente aquele que possui o tom de pele mais escuro, outros fatores fenotípicos também utilizados para definição de reconhecimento como negro, como o cabelo, nariz, entre outros.

Uma pesquisa feita pelo Instituto Locomotiva (2020)² aponta que 50% das pessoas pretas já foram seguidas por seguranças em lojas, comumente vistas como suspeita, exemplo disso é reportagem feita pelo Jornal Globo que traz

O delegado-geral da Polícia Civil do Ceará, Sérgio Pereira dos Santos, afirmou, nesta terça-feira (19), que a loja Zara usava o código sonoro "Zara zero" nos alto-falantes internos para indicar aos funcionários quais clientes deveriam ser vistos como "suspeitos em potencial". Segundo ele, essas pessoas eram negras e usavam vestimentas simples para entrar no estabelecimento comercial (GLOBO, 2021).

Esse olhar pré-julgador é herança de mais de trezentos anos de escravidão, outro exemplo disso, expresso em dados, de uma pesquisa feita também pelo Instituto Locomotiva (2020) expõe que a pessoa preta tem 94% de chance de ser abordada de forma violenta pela polícia. O povo preto ainda segue sendo discriminado tendo, por muitas vezes, seus direitos violados.

AS DESIGUALDADES ÉTNICO-RACIAIS NO BRASIL E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Para falar sobre desigualdade étnico racial no Brasil, é preciso falar de dois fenômenos um pouco mais complexos, a pobreza e a desigualdade social. Dito isso, Carvalho (2018) vai apontar que não se tem um período exato para datar como surgimento da pobreza no mundo, mas é necessário entender que esse fenômeno vem acompanhando o ser humano desde a era primitiva.

A autora ainda destaca que nesse período não se tinha a existência de classes sociais, os indivíduos trabalhavam de forma coletiva para sobreviver, uma vez que

² O Instituto Locomotiva é um instituto de pesquisa localizado em São Paulo.

se tinha a escassez de alimentos que dificultavam a vida dos mesmos. Ao longo dos anos, se tem diversas modificações no modo de viver do homem, surge a necessidade de usar o solo para plantar, usando seus próprios meios de trabalho, modificando sua forma e controle de produção.

Seguindo a mesma linha de considerações, Carvalho (2018) enfatiza que quanto mais o homem consegue melhorar sua capacidade de produzir, maior é o acúmulo de bens necessários para a sobrevivência, alterando assim as relações sociais. Dessa forma, surge o excedente de produção, ou seja, a diferença entre o valor do produto social e o valor consumido para a produção desse produto (MANDEL, 1967) e que possibilita a exploração dos homens entre eles mesmos.

No que se refere a exploração dos homens uns com os outros, Lessa e Tonet (2004) apontam que as primeiras sociedades a usarem esse modelo de exploração foram as escravistas, onde o único objetivo era aumentar a riqueza dos senhores, usando da força e violência para controlar os escravizados. Carvalho (2018) vai dizer que foi a partir daí que surgiram os primeiros poderes políticos que antecedem a criação do Estado.

Com a passagem da sociedade escravista para uma sociedade com modelo de produção feudal, Carvalho (2018) aponta as mudanças no que se refere a classes sociais. Dentro desse contexto se tinha a classe dominante, os senhores feudais e os servos. Não se tinha ascensão de poder, pois a classe do indivíduo era definida pelo nascimento, ficando evidente a desigualdade social dentro dessa sociedade.

Com o surgimento de uma sociedade capitalista, o modelo de produção se modifica, as características de exploração se intensificam, ficando mais evidente a desigualdade entre duas classes. Nesse período, se tem o aumento da força de trabalho humano, uma vez que o mundo estava passando por um processo de industrialização. Carvalho (2018) aborda que durante esse processo se teve uma intensificação na exploração da força de trabalho do homem. As condições de trabalho eram precárias, jornadas longas de trabalho, condições insalubres, riscos constantes de acidentes e com baixo salário. Todos esses apontamentos demonstram que quanto maior é a relação de capital/trabalho, maior reprodução da pobreza e desigualdade social.

Dito isso, França (2020) destaca que no caso do Brasil a desigualdade social está atrelada a reprodução de práticas que se iniciaram no período da colonização e foram se moldando de acordo com as mudanças políticas, culturais e sociais. Com a implantação da dinâmica capitalista através da exportação do café, o Brasil passou a ter uma base produtiva que alimentava apenas a classe dominante, os burgueses. Nesse período, se teve a necessidade de abolir a escravidão, uma vez que a mão de obra escrava estava se tornando cara.

Com a inserção do Brasil na economia mundial se teve a necessidade de obter mão de obra mais barata, o que fez intensificar a chegada de imigrantes no país. Os negros libertos foram “jogados” nas cidades, sem estruturas e meios de sobrevivência. Por muito tempo buscaram trabalhos braçais com baixa remuneração, trabalhos na rua e nas casas dos considerados da elite. Com isso, essa população preta se viu marginalizada e excluída de qualquer plano político. Patah (2009) aborda com base no que foi exposto, que os negros ainda se encontram em situação de exclusão, e o que mudou durante esse tempo foram a possibilidade de participação nos momentos sociais e sindicais.

Posto isso, cabe aqui mencionar o processo de urbanização que o país enfrentou. Com um número muito grande de pessoas sem trabalho no campo, os centros urbanos começaram a ser alvos desses trabalhadores. Nesse contexto, as cidades não deram conta de absorver toda a massa de trabalhadores, levando os mesmo a buscarem locais para residirem, uma vez que não encontraram empregos nos centros da cidade.

Nesses espaços, encontram-se, assim, uma massa de trabalhadores que muitas vezes constroem suas próprias casas com recursos escassos, buscando satisfazer a sua necessidade fundamental de ter mínimas condições de habitação e, a partir dela poder acessar, mesmo que em condições precárias, o restante do espaço urbano (FRANÇA, 2020, p. 160).

Essas moradias foram chamadas de cortiços e eram muitas das vezes construídas as margens da cidade. Para Villani e outros(2015) esses cortiços foram o início do processo de favelização no Brasil. A expansão das favelas aconteceu de forma rápida devido a urbanização do país, gerando um agrupamento cada vez maior nos morros em torno das cidades.

Ainda seguindo a linha de considerações do autor supracitado, as casas são improvisadas, não possuem ventilação, são úmidas e as estruturas frágeis. Para,

além disso, as pessoas que residem nesses locais estão expostas a vários tipos de fragilidades seja social ou ambiental. Villani e outros (2015) ainda ressalta que as favelas continuam sendo vistas como locais de insalubridades.

Vale aqui mencionar a contribuição de Costa e Azevedo (2016) referente ao período pós-abolição, onde relatam que os cortiços foram usados pelos negros, que apesar de terem sido libertos, suas condições de vida e moradia continuaram da mesma forma, uma vez que não se tinha local e trabalho para essa população. Isso só reforça que a escravidão no Brasil aconteceu de forma inacabada e que expressa uma desigualdade que perdura até os dias atuais.

Ainda nesse período, o Brasil viu a necessidade de realizar uma reforma urbana, que de acordo com Costa e Azevedo (2016) expulsando os moradores dos cortiços para abrir espaços para os comércios, facilitando o crescimento do capital para o país. Os moradores que não possuíam dinheiro para comprar novas terras passaram a residir nos locais que hoje são chamados de favelas.

Essa ação gerou uma segregação sócio espacial que ainda é vigente até os dias atuais, uma vez que se torna muito evidente o estereótipo de quem reside nas favelas. Panta (2020) aborda essa situação muito bem quando fala que uma das maiores dimensões das desigualdades raciais do Brasil é a distribuição e inserção da população negra no território urbano.

Tornam-se evidentes os esforços dos grupos sociais dominantes, que se delineavam para manter cada vez mais longe dos locais mais valorizados das cidades capitalistas, em desenvolvimento, aqueles que eram tidos como principal símbolo de atraso, obstáculo ao progresso do país. Ao focalizar mais especificamente o cenário pós-abolição, as causas da segregação da população negra podem ser compreendidas como constitutivas de um contexto marcado pelo ideário do branqueamento, cuja face urbana foi a tentativa incessante de esconder a população negra, empurrando-a para regiões mais afastadas e precárias, cerceando, assim, suas possibilidades de mobilidade social ascendente (PANTA, 2020, p. 89-90).

Tendo base nessas informações, é notório que as favelas se tornaram espaços de exclusão, onde reside a maior parte da população negra e pobre. Villani e outros (2015) reforçam que a imagem da favela tem se tornado cada vez mais depreciativa, é visto como um local de violência.

A segregação acaba por gerar inúmeras consequências na vida da população negra. Panta (2020) aponta que por conta disso se tem ações bem agressivas da polícia

dentro desses territórios, que só reforça ainda mais o estereótipo de que quem vive nas favelas e periferias são pretos ligados de alguma forma a ações violentas.

Posto isso, a segregação reforça o modelo de urbanização marginalizante, no qual o negro é o grupo social mais preterido (PANTA, 2020). Além das ações agressivas, a segregação intensifica ainda mais as desigualdades de acesso ao mercado de trabalho e restringe serviços essenciais, como acesso à universidade e escolas.

Diante disso, a desigualdade racial pode ser considerada um advento ligado diretamente a escravidão e ao período de colonização do Brasil. Suas consequências são visíveis. Expressam-se através da violência que a população negra sofre nos dias atuais. Sendo assim, Theodoro (2014) aponta que no século XXI a temática ganhou mais espaço por conta da mudança de conjuntura no país. O debate sobre as relações raciais mobilizou a população, sendo visto pela imprensa, pelos movimentos sociais e intelectuais e os partidos políticos.

Quando se fala em relações raciais, Theodoro (2014) traz junto a essa discussão o racismo, que reforça ainda mais a segregação da população negra, ou seja, reafirma e consolida a subalternidade dessa população. Ainda enfatiza que as desigualdades raciais passaram a ser amplamente reconhecidas e legitimadas pelo racismo, que influencia de forma direta na vida da população negra, que acabam se tornando vítimas do despreparo para o mercado de trabalho e para exercer uma vida social longe da discriminação.

Theodoro (2014) diz que o racismo se divide em duas frentes, a discriminação e o preconceito racial. Sendo que caracteriza a discriminação como o ato de racismo, ou seja, quando o indivíduo submete o outro a algum constrangimento, como um xingamento, o impedimento de circulação dentro de um determinado local, como uma loja de shopping. Já no que se refere sobre o preconceito, Theodoro (2014) afirma que é um fenômeno que não é tão explícito quando a discriminação acontece através dos valores que transcendem a sociedade. Sendo assim, a discriminação impede que o indivíduo seja visto pelas suas qualidades, mas sim pela sua cor, ocasionando situações que colocam brancos como a primeira escolha.

Ocupando menos espaços dentro da sociedade, o negro não consegue alcançar níveis de ascensão com facilidade igualada aos brancos. Essa diferença é visível dentro dos cargos grandes nas empresas e universidades. O racismo é referenciado

por Theodoro (2014) como o principal responsável pela produção ampliada da desigualdade no Brasil.

No entanto as formas de combater essa desigualdade se dá através da criação de políticas públicas para a população negra, que durante os anos que sucederam a Constituição de 1988, apareçam pouco nos planos políticos. Se teve a criação de algumas iniciativas, como a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) de Valorização da População Negra no governo de Fernando Henrique Cardoso, a regulamentação do texto constitucional que legitima o racismo como crime inafiançável. Porém, de acordo com Theodoro (2014) tais iniciativas ainda eram poucas dentro do âmbito de políticas públicas.

Nesse caso, se faz necessário enfatizar que no primeiro governo Lula, foi criado a Secretaria Especial de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Com a criação dessa secretaria, foi possível outros avanços no que se refere ao combate à desigualdade racial no país. Theodoro (2014) ainda aponta outras políticas positivas que auxiliam na promoção de igualdade, como o sistema de cotas, que permitiu a inclusão dos negros dentro das universidades,

Santos (2010) realça a necessidade de se ter outras formas de combater essa desigualdade, sem levar para o lado repressivo. “Assim se faz necessário ter ações contra preconceitos, estereótipos e estigmas racistas, visando a valorização de todos os grupos.” (SANTOS, 2010, p. 75) Diante disso, o autor reforça que as ações para o combate ao racismo não devem ser limitadas apenas ao grupo discriminado, é preciso se ter políticas universais dentro da área da educação, saúde, previdência, assistência, mercado de trabalho, habitação dentre outros locais.

É de suma importância que exista a participação dos movimentos sociais e do movimento negro para que essas políticas sejam efetivadas, uma vez que dentro da sociedade racista se tem certa resistência no que se refere à implementação de políticas públicas de promoção da igualdade racial.

3 METODOLOGIA

O presente estudo abordou o tema Movimento Negro, tendo como objetivo geral identificar os movimentos negros do município de Vitória, localizado no estado do Espírito Santo (ES).

Gil (2002) define pesquisa como “[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos.” (GIL, 2002, p. 17). Segundo Cervo e Bervian (2002) a pesquisa se deu através de três elementos cruciais: problema, método e solução, pois é a partir da definição do problema que se identifica a necessidade de solução e através do método é possível traçar a solução por meio de processos científicos.

Gil (2002) aborda que a metodologia busca descrever os processos utilizados na produção da pesquisa, sendo elas diferentes a depender da temática a ser abordada e como ela será trabalhada. É necessário trazer em sua descrição: o tipo de pesquisa; a amostra; como será a coleta de dados e como serão analisados os dados coletados.

Com isso, o tipo de pesquisa será a exploratória. A pesquisa exploratória segundo Gil (2002, p. 41):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias[sic] ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado. Na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem: (a) levantamento bibliográfico; (b) entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado.

Sendo assim foi feito um levantamento bibliográfico sobre a trajetória do negro no Brasil e no Espírito Santo, desde a escravidão, a inserção nos movimentos sociais até os dias atuais e o processo de afirmação da democracia no Brasil, utilizando textos dos principais autores, como Gennari (2011), Fernandes (2017) e Amaral (2006).

Após o levantamento bibliográfico foi realizado um contato prévio com o Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo para a localização dos movimentos negros dos municípios escolhidos para realização da pesquisa, a partir da localização será utilizado como instrumento de coleta à entrevista com as lideranças dos movimentos localizados nas regiões.

A identificação dos movimentos foi feita através de contato telefônico via WhatsApp. Devido ao tempo curto para a coleta dos dados, as respostas foram obtidas por áudio através do aplicativo WhatsApp.

A entrevista segundo Gil (2002, p. 117):

É fácil verificar como, entre todas as técnicas de interrogação, a entrevista é a que apresenta maior flexibilidade. Tanto é que pode assumir as mais diversas formas. Pode caracterizar-se como informal, quando se distingue da simples conversação apenas por ter como objetivo básico a coleta de dados. Pode ser focalizada quando, embora livre, enfoca tema bem específico, cabendo ao entrevistador esforçar-se para que o entrevistado retorne ao assunto após alguma digressão. Pode ser parcialmente estruturada, quando é guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. Pode ser, enfim, totalmente estruturada quando se desenvolve a partir de relação fixa de perguntas.

Por ser um instrumento muito flexível a entrevista será utilizada para a coleta de informações, sendo trabalhada de forma aberta dando abertura para um diálogo com o entrevistado e sendo registrado através do gravador, se o entrevistado permitir, ou a transcrita a mão caso o mesmo não autorize a gravação.

Como o tipo de pesquisa será exploratório a análise de dados será de caráter qualitativo, onde, segundo Sampieri, Collado e Lucio (2013), a coleta não se dá através de dados numéricos.

De acordo com Gibbs (2009, p.8):

Apesar dos muitos enfoques existentes à pesquisa qualitativa, é possível identificar algumas características comuns. Esse tipo de pesquisa visa a abordar o mundo "lá fora" (e não em contextos especializados de pesquisa, como os laboratórios) e entender, descrever e, às vezes, explicar os fenômenos sociais "de dentro" de diversas maneiras diferentes:

- Analisando experiências de indivíduos ou grupos. As experiências podem estar relacionadas a histórias biográficas ou a práticas (cotidianas ou profissionais), e podem ser tratadas analisando-se conhecimento, relatos e histórias do dia a dia.
- Examinando interações e comunicações que estejam se desenvolvendo. Isso pode ser baseado na observação e no registro de práticas de interação e comunicação, bem como na análise desse material.
- Investigando documentos (textos, imagens, filmes ou música) ou traços semelhantes de experiências ou interações.

Assim, é na interação comunicativa com os entrevistados desta pesquisa que buscamos compor a resposta para nosso problema de pesquisa e conquistar o presente objetivo geral.

O tratamento dos dados qualitativos é flexível, assim como a entrevista. Sampieri, Collado e Lucio (2013) trazem que os dados da pesquisa qualitativa devem ser

estruturados pelo pesquisador, sendo analisados de forma contextual. A análise dos dados será exposta através de um quadro de síntese teórica.

Por fim, vale notar, ainda, que Compreendemos, aqui que as opiniões dos sujeitos sobre um determinado tema da realidade social importam, “[...] pois o ser humano se distingue não só por agir, mas **por pensar sobre o que faz e por interpretar suas ações dentro e a partir da realidade vivida** e partilhada com seus semelhantes” (MINAYO, 2010, p. 21, grifo nosso).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA

Neste capítulo serão apresentados os resultados e discussões da pesquisa, onde foram entrevistadas quatro pessoas que integram movimentos negros atuantes no município de Vitória, capital do Espírito Santo.

Dado que esta pesquisa possui natureza qualitativa, nosso intuito, aqui, mais do que catalogar uma série de repostas padronizadas, é buscar compreender quais são as percepções, opiniões e subjetividades envolvidas no agir desses atores. Vale notar, ainda, que as falas obtidas por meio das entrevistas feitas para esta pesquisa serão, no item que se segue, transcritas integralmente quando forem necessárias para a interpretação e entendimento do leitor.

ENTREVISTAS COM INTEGRANTES DOS MOVIMENTOS NEGROS

As entrevistas foram realizadas com quatro movimentos negros, que atuam na cidade de Vitória-ES no enfrentamento ao racismo, sendo eles: o Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo – FEJUNES; o Movimento Negro Unificado - MNU; o CirculoPalmarino e o Movimento Negro Evangélico – MNE.

Nota-se, de antemão, que ao contrário do que se pode imaginar no âmbito do senso comum, todos esses movimentos, ainda que representem um mesmo propósito de luta, movimentos trabalham com bandeiras específicas e distintas quando do posicionamento sobre o fenômeno em questão neste trabalho de conclusão de curso. Isso ficou ainda mais claro quando da efetivação de nosso questionário semiestruturado no ato de nossas entrevistas aos respectivos movimentos. Vejamos abaixo, isso.

Com isso, em entrevista com os movimentos negros, citados no parágrafo anterior, foi perguntado sobre “Qual a bandeira de luta específica do movimento?”

Foi dito em resposta pelo Fórum Estadual de juventude Negra do Espírito Santo – FEJUNESque:

“A principal bandeira é o enfrentamento ao racismo, mas como bandeira específica é o enfrentamento contra o extermínio da juventude negra.”

Em contrapartida o Movimento Negro Unificado, relata que a bandeira específica é: *“Pela igualdade racial e fim da violência contra negros e negras.”*

Já o movimento Círculo Palmarino expõe que a bandeira específica luta por: *“Emancipação do povo preto e superação das desigualdades de raça, gênero e classe.”*

Por fim o Movimento Negro Evangélico diz que sua bandeira específica é:

“A luta contra o racismo religioso e contra a LGBTfobia.”

A partir das respostas obtidas é possível observar a amplitude da luta do povo preto, visto que não se resume apenas a luta contra o racismo, pois o mesmo é só mais um dos problemas sociais a serem enfrentados. Nota-se, entretanto, que as bandeiras de luta se complementam, e nesse sentido, convergem entre si quando do objetivo maior que é a superação do racismo. De todo modo, podemos argumentar que quando se trata da implementação de uma agenda de luta social, é provável que o contexto, local, as forças reais e concretas do movimento, os recursos envolvidos, a comunidade na qual o movimento está inserido, o apoio ou não de outras entidades etc., provavelmente devem impactar no estabelecimento das bandeiras de luta e atuação de cada movimento.

Através da pergunta realizada sobre “Qual é o perfil dos participantes do movimento?”, foi identificada a existência de um padrão de faixa etária caracterizado dos 17 aos 50 anos em todos eles. Dentro de dois movimentos específicos é expresso que a participação ativa é de mulheres, o Círculo Palmarino traz que seu perfil é de: *“Pessoas negras, a maioria mulheres negras”*. O outro movimento que também traz essa participação é o FEJUNES, onde relata que: *“O perfil dos participantes é a maioria jovens negros, negras e negres, majoritariamente mulheres.”*

A participação das mulheres nos movimentos em prol da luta pelo povo preto não é novidade, uma vez que no passado possuíram como maior símbolo de representatividade Dandara dos Palmares, esposa do líder do quilombo mais conhecido do Brasil, Quilombo dos Palmares, que lutou juntamente com Zumbi pelo fim da escravidão. No presente Dandara é inspiração para mulheres pretas, que atuam em uma dupla jornada diariamente na luta contra o racismo e também contra o machismo.

Os movimentos foram questionados sobre “Como atuam no enfrentamento ao racismo?”. O Fórum Estadual de Juventude Negra do Espírito Santo - FEJUNES relata que: *“Posso destacar a promoção de palestra, rodas de conversas, congressos e seminário sobre as relações étnico-raciais no Brasil, assim como CineClube que exhibe filmes com protagonismo negro. Além da nossa participação em diálogo com entes públicos em eventos, solicitando reuniões e realizando atos de rua para reivindicar efetivação de direitos e denunciar violações de direitos.”*

Já o Movimento Negro Unifica – MNU expõe que atuam: *“Através de formações étnico-raciais, participação em atividades e manifestações, atuação junto aos conselhos municipais e estaduais, assim como em reuniões mensais em comunidades periféricas trabalhando a questão racial.”*

Por outro lado, o Círculo Palmarino aborda que: *“Nós atuamos na luta antirracista em três frentes, educação, cultura, enfrentamento à violência.”*

E por fim, o Movimento Negro Evangélico – MNE traz que: *“atuamos na conscientização dos cristãos acerca da estrutura que desfavorece o povo preto até os dias de hoje e a igreja não está isenta disso.”*

Também foi questionado se “O movimento consegue transformar a realidade de sua região?”. Dois movimentos afirmam que conseguem modificar a realidade de onde vivem. O MNU relata que: *“Sim. Através de suas ações busca essa transformação macro, mas também micro, no dia a dia das pessoas que passam a ter letramento racial, e lutar por igualdade de direitos.”*

O segundo movimento que afirmou conseguir essa transformação foi o Círculo Palmarino onde disse que: *“as ações culturais levantadas e apoiadas pelo Círculo Palmarino tem dado parte do tom ao bairro. E projeta a cultura negra em nível estadual.”*

O FEJUNES e o MNE não cravaram que há uma transformação efetiva em suas regiões. O MNE relatou que: *“O movimento encontra dificuldade, pelo espírito santo ser um estado muito conservador”*. E o FEJUNES diz que: *“Conseguimos transformar a vida dos jovens que participam e participaram dos nossos movimentos, a região onde eles vivem ou viviam é algo que conseguimos contribuir positivamente para mudanças, mas transformação ainda não é uma palavra passível de ser utilizada.”*

Os movimentos trazem diferentes formas de atuação no enfrentamento ao racismo e em áreas distintas, onde um busca a mudança através do letramento racial, ou seja, desconstruindo paradigmas impostos estruturalmente como herança de um país escravocrata. E o outro busca a mudança através da cultura e educação, expressando-se através da arte. É interessante observar como esse enfrentamento reflete na transformação da sociedade em que estão inseridos, pois a mudança vem a partir de uma iniciativa.

Mesmo o FEJUNES relatando que a transformação na região ainda não é uma palavra que possa ser utilizada, por transformar a vida dos jovens que vivem nela, está construindo formas de continuar na luta para que essa transformação um dia aconteça.

O MNE traz em sua resposta um dos maiores obstáculos para o enfrentamento ao racismo não só no Espírito Santo, mas também em todo o país. O caráter conservador não aceita o que é diferente, mesmo a igualdade sendo estabelecido na Constituição de 1988, aquele que não segue os padrões impostos pela sociedade conservadora sofre diariamente com represálias.

Não se teve tanta mudança no país no que se refere à situação da população negra. Combater o racismo ainda se configura como uma tarefa árdua e difícil, principalmente quando se tem um estereótipo extremamente forte que é reforçado diariamente com a distinção entre pretos e brancos dentro da sociedade.

Quando o MNE traz os obstáculos para enfrentar o racismo, é importante destacar que além do caráter conservador do estado do Espírito Santo, Teixeira e outros (2014) destacam que o que vem sendo noticiado nas mídias da atualidade são mecanismos principais para demonstrar os reflexos de uma colonização e do seu impacto negativo, que deixou rastros da escravidão, traços da exploração que são usados contra a população preta até hoje.

As entrevistas realizadas demonstraram o quanto é importante a participação dos movimentos negros dentro da sociedade, uma vez que ainda se tem um país racista, a luta pela igualdade de direitos e contra o racismo, não deve parar nunca. Faz-se necessário abordar o assunto em todos os espaços sociais, para reforçar a necessidade de um engajamento maior na luta e na cobrança por mais políticas públicas.

Charão (2011) aponta que os avanços das políticas públicas existentes foram cruciais para impulsionar a luta pelos direitos iguais, entretanto, o abismo racial ainda existe, e por isso é necessário investir cada vez mais em políticas públicas e políticas de afirmação.

Por fim, os impactos das políticas de afirmação, como a cotas, criada para que pessoas negras tivessem acesso as universidades de forma igualada aos brancos com educação básica de nível mais alto, afeta a população. Charão (2011) realça que só se tem políticas limitadas devido à elite brasileira racista. Posto isso, essas limitações impedem que haja avanços significativos para que a população negra consiga de fato obter seus direitos e conseguir manter uma expectativa de vida mais alta do que vem acontecendo nos dias atuais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os movimentos negros seguem no combate ao racismo e violência, uma luta diária, que teve seu início a mais de um século, buscando incansavelmente equidade social para o povo preto. Mesmo diante de tantas lutas, a desigualdade racial ainda se faz muito presente dentro da sociedade brasileira.

Os traços da uma colonização violenta ainda assombram o país, permitindo a reprodução de comportamentos e falas preconceituosas e racistas. Mas para, além disso, a distinção entre negros e brancos se estende de uma forma tão severa, reforçando a desigualdade entre os mesmos, dando poder maior para a segregação racial.

Sabendo que tal situação gera inúmeras consequências, é válido aqui mencionar o quanto vem crescendo o índice de pessoas pretas mortas no estado do Espírito Santo, uma pesquisa feita pelo Ipea 2021, apresenta um número alto de mortes, entre 60 a 65 homicídios de negros a cada 100 mil habitantes, diminuindo a expectativa de vida da população preta em 2,97 anos. Reforçando que o racismo como principal motivo das mortes de pessoas negro.

Podem-se ver esses números expressos na tabela abaixo, onde o IPEA faz a comparação das taxas de homicídios entre pessoas brancas e pessoas pretas dentro das unidades federativas do país. É notória a diferença gritante entre os números. No Espírito Santo a diferença é extremamente visível e preocupante.

Taxa de Homicídios		
Unidade da Federação	Negro	Não-Negro
Acre	18,0	12,9
Alagoas	80,5	4,6
Amapá	41,1	16,1
Amazonas	38,5	7,8
Bahia	47,3	11,3
Ceará	30,3	10,7
Distrito Federal	52,7	10,0
Espírito Santo	65,0	17,4
Goiás	42,8	15,0
Maranhão	26,3	9,6
Mato Grosso	39,7	20,4
Mato Grosso do Sul	30,6	21,0
Minas Gerais	23,8	10,3
Pará	55,1	15,5
Paraíba	60,5	3,1
Paraná	22,6	38,7
Pernambuco	54,6	7,7
Piauí	14,9	7,0
Rio de Janeiro	41,0	21,2
Rio Grande do Norte	34,7	8,5
Rio Grande do Sul	25,1	17,9
Rondônia	39,5	24,9
Roraima	34,2	9,4
Santa Catarina	13,4	12,6
São Paulo	16,2	12,0
Sergipe	39,8	9,6
Tocantins	27,1	9,5

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2021.

O negro se tornou alvo fácil, por possuir uma condição socioeconômica baixa e a cor da sua pele, acaba por sofrer discriminação duas vezes. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a situação do mercado de trabalho para a população preta é desigual, a taxa de desocupação para pessoas pretas é de 13,6% e para os brancos de 9,3%. Percebe-se então que os negros estão bem mais

presentes na faixa da pobreza, em situação de vulnerabilidade social, residindo em locais precários e insalubres.

Outro fator importante a ser destacado, é a mídia, que colabora na disseminação de um estereótipo onde pra ser "bandido", basta ser negro, além de reafirmar a distinção entre brancos e pretos. Ações como essas reforçam as abordagens policiais, que tem como alvo o jovem negro.

Concluindo, a população negra tem seus corpos marginalizados e são privados do acesso integral aos seus direitos, prejudicando seu desenvolvimento social e a entrada no mundo do trabalho e universidades.

Por isso se faz necessário se ter mais políticas públicas voltadas para essa temática para ampliar o acesso da população negra aos equipamentos ofertados pelo governo, como saúde e educação, com isso pode-se ter também o combate a abusos, discriminação e exploração das pessoas negras.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA O GLOBO. **Trabalhador branco recebe 75% a mais que pretos e pardos no Brasil, aponta IBGE. Negócios.** 2019. Disponível em: <<https://epocanegocios.globo.com/Carreira/noticia/2019/10/trabalhador-branco-recebe-75-mais-que-pretos-e-pardos-no-brasil-aponta-ibge.html>>. Acesso em: 23 de maio de 2022.
- ALBUQUERQUE, W; FILHO, W. **Uma História do Negro no Brasil.** _Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2014/04/uma-historia-do-negro-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2022.
- AMARAL, S. **História do Negro no Brasil.** Salvador, 2006. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/ceao-ufba/20170829034517/pdf_242.pdf>. Acesso em: 05 de maio de 2022.
- ARAUJO, M; SILVA, I; SANTOS, D. **Ditadura Militar e Democracia no Brasil: História, Imagem e Testemunho.** 1. ed. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/central-de-conteudo_legado1/anistia/anexos/ditadura-militar_-_versao-final.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2022.
- CAETANO, B. IBGE: 64% dos desempregados são negros e informalidade alcança 47%. Brasil de Fato. 2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/13/ibge-64-dos-desempregados-sao-negros-e-informalidade-alcanca-47>>. Acesso em: 23 de maio de 2022.
- CARVALHO, J. **Cidadania no Brasil: O longo caminho.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- CARVALHO, L. **Pobreza e desigualdade social: fundamentos sociais e históricos.** Rio de Janeiro: Revista em Pauta, 2018. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/36689>>. Acesso em 20 de novembro de 2022.
- CERVO, A; BERVIAN, P. **Metodologia Científica.** 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- CHARÃO, C. **O longo combate às desigualdades raciais.** Ipea desenvolvimento. ed. 70. São Paulo, 2011. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2674:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 24 de novembro de 2022.
- COSTA, D; AZEVEDO, C. **Das Senzalas às Favelas: Por Onde Vive a População Negra Brasileira.** Socializando, 2016. Disponível em: <https://www.fvj.br/revista/wp-content/uploads/2016/07/Socializando_2016_12.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

FERNANDES, F. **Significadodo Protesto Negro**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular co-edição Editora da Fundação Perseu Abramo., 2017.

FRANCISCO, M. **Discursos sobre colorismo: educação étnico-racial na contemporaneidade**. 18. v. Rio de Janeiro: Ensaios Filosóficos, 2018. Disponível em: <http://www.ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo18/00_Revista_Ensaios_Filosoficos_Volume_XVIII.pdf>. Acesso em: 4 de junho de 2022.

GENNARI, E. **Em Busca da Liberdade**. Traços das Lutas Escravas no Brasil. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GIBBS, G. **Análise de Dados Qualitativos**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. D. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 67-79.

GOMES, L. **Escravidão: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares, volume 1**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. Disponível em: <<https://livrogratuitosja.com/wp-content/uploads/2021/03/Escravidao-Vol.-1-Do-primeiro-leilaode-Zumbi-dos-Palmares-Laurentino-Gomes.pdf>>. Acesso em: 4 de junho de 2022.

GORENDER, J. **O Escravismo Colonial**. 6. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2016. Disponível em: <<https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/11/Escravidao-Colonial-Web.pdf>>. Acesso em: 05 de maio de 2022.

HULLEN, A. **Cidadania e Direitos Sociais no Brasil: Um Longo Percurso Para o Acesso aos Direitos Fundamentais**. Rio de Janeiro. 2018 Disponível em: <http://scielo.iics.una.py/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2304-78872018001100213>. Acesso em: 19 de novembro de 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html?=&t=resultados>>. Acesso em: 23 maio de 2022.

IPEA. Atlas da violência. **Instituto Jonas dos Santos Neves**. 2021

LESSA, S; TONET, I. **Introdução à Filosofia de Marx**. 2004. Disponível em: <http://ivotonet.xp3.biz/arquivos/Introducao_a_Filosofia_de_Marx.pdf>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

LINHA DO TEMPO / MOVIMENTO NEGRO. **Museu do Futebol**. São Paulo. Disponível em: <<https://museudofutebol.org.br/linha-do-tempo/>>. Acesso em: 28 de junho de 2022.

LOJA anunciava 'Zara zerou' em alto-falante como código para indicar presença de cliente 'suspeito' em Fortaleza, diz delegado-geral. **Globo.com**, Ceará, 19 de out. 2021. Disponível em <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/10/19/loja-anunciava-zara-zerou-em-alto-falante-como-codigo-para-indicar-presenca-de-cliente-suspeito-em-fortaleza-diz-delegado-geral.ghtml>>. Acesso em: 10 de maio de 2022.

MARQUES, G. **Da Senzala à Unidade Racial: Uma Abordagem da Realidade Racial no Brasil**. Brasília: Planeta Paz. 1996. Disponível em: <<https://ebin.pub/da-senzala-a-unidade-racial-uma-nova-abordagem-da-realidade-racial-no-brasil-1nbsped-8585690062-9788585690069.html>>. Acesso em: 4 de junho de 2022.

MARSHALL, T. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/999642/mod_resource/content/1/MARSHALL%2C%20T.%20H.%20Cidadania-Classe-Social-e-Status.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2022.

MENEZES, A. **Primeira República: Transição do Império para República e os conflitos políticos – 1889**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. 05. Ed. 07, Vol. 01, pp. 136-152. Julho de 2020. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2020/07/primeira-republica.pdf>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022

MONTAÑO, C; DURIGUETTO, M. **Estado, Classe e Movimento Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, A. **Quem é a “Gente Negra Nacional”?: Frente Negra Brasileira e a Voz da Raça (1933-1937)**. São Paulo: [s.n.], 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/216731409_Who_is_the_Gente_Negra_a_Nacional_Frente_Negra_brasileira_and_A_Voz_da_Raca_1933-1937_portuguese>. Acesso em: 4 de junho de 2022.

PANDOLF, D. **O golpe do Estado Novo (1937)**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social: Mauad, 2004. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/11738>>. Acesso em: 4 de junho de 2022.

PATAH, R. **Negros seguem excluídos, 120 anos depois da abolição**. Consultório Jurídico, 2009. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2009-nov-19/depois-120-anos-abolicao-negros-continuam-excluidos-brasil>>. Acesso em: 20 de novembro de 2022.

PANTA, Mariana. **População negra e o direito à cidade**. v.33, n.1, p. 79-100, Rio de Janeiro 2020.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro: a formação e o sentido de Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SAMPIERI, R; COLLADO, C; LUCIO, M. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

TEIXEIRA, E.F. CAMPOS, J. GOELZER, M.M. A permanência do racismo na sociedade brasileira. **Seduc**. Mato Grosso, 2014. Disponível em <
http://www3.seduc.mt.gov.br/inicio?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_returnToFullPageURL=%2F&_101_assetEntryId=9335082&_101_type=content&_101_urlTitle=a-permanencia-do-racismo-na-sociedade-brasilei-1&inheritRedirect=true> .Acesso em: 25 de novembro de 2022.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual o nome do movimento?
2. Como e em que ano surgiu o movimento?
3. Atua em qual município?
4. Qual o perfil dos participantes do movimento?
5. O movimento atua no enfrentamento ao racismo? Se a resposta for afirmativa, como atua?
6. Qual a bandeira de luta específica do movimento?
7. Qual é o objetivo do movimento?
8. O movimento consegue alcançar esse objetivo?
9. Saberria dizer se o movimento transforma a realidade na sua região? .